

## **A TRAVESSIA POR NOVAS ECONOMIAS: socioeconomia, bioeconomia e a economia do amor de Marcos Arruda**

*Por Eduardo Brasileiro*

*Marcos Arruda* é geólogo, economista, educador popular, escritor, poeta, pai, amigo e referência no debate de direitos humanos, educação, economia e democracia. Foi perseguido, preso, torturado e exilado durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985) por recusar-se a calar ao ver a injustiça e o silenciamento diante de seus olhos.

Nascido no Rio de Janeiro, em 4 de março de 1941 carrega no corpo, na alma e na mente as grandes travessias que o Brasil fez nesses 82 anos de intensa vida na Terra. Marcos é um sobrevivente do Estado ditatorial, um humanista que passou por muitas transformações, se inserindo como operário metalúrgico em fábricas de capital estrangeiro, em condições de trabalho muito precárias e em lutas de articulações nacionais e globais inovadoras. Sua vida é tomada por um espírito autoral de construção de redes, grupos, movimentos e comunidades autogestionárias; e também de escritos. Abaixo, apresentamos a entrevista, ele de forma virtual no Rio de Janeiro e eu em Belo Horizonte. Nós a realizamos nos atropelos do mal funcionamento da internet e dos cuidados para não passarmos muito tempo em tela.

**EB - Marcos, é uma honra poder entrevista-lo, uma referência nas lutas pelos Direitos Humanos e pelas economias do bem viver, no Brasil e na América Latina, e um amigo que pude conhecer pela Economia de Francisco e Clara. Primeiramente, conte sobre sua trajetória familiar, acadêmica e política.**

MA - Agradeço imensamente o seu convite, e o parabenizo pela edição do livro 'Realmar a Economia' (2023). Seu texto nele ficou muito bom, fundado em visão sistêmica e fiel à proposta do grande Papa Francisco. Moro no Rio de Janeiro desde 1982, quando retornei de 11 anos e meio de exílio. Passei ao todo 15 anos morando fora do Brasil. Tive uma formação múltipla e abrangente. Fui seminarista, fiz um ano e meio de noviciado jesuíta e de estudos de filosofia. Ao deixar o seminário, entrei para a Escola Nacional de Geologia, da antiga Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Aderi à Juventude Universitária Católica (JUC), que foi para mim um espaço muito importante, que colaborou para uma reviravolta da minha visão de mundo. A JUC era tudo que eu queria, pois unia a consciência político-social com a espiritualidade. O desafio passou a ser construir uma caminhada profissional ao mesmo tempo científica e humanista, coerente com os valores do Evangelho. Eu vinha de uma família conservadora e não tinha ainda desenvolvido minha consciência social. Minha visão de mundo

era fatalista e o seminário só fez consolidar minha alienação. O mesmo efeito teve o ano que, aos 16 anos de idade, passei em Chicago, EUA, com bolsa de estudos para terminar o secundário. Durante meu noviciado ocorreu a revolução cubana, que libertou Cuba de quase 50 anos de ditadura militar e do jugo do império estadunidense. Os padres nos induziram a “rezar para que Cuba não se tornasse comunista”.

Bebi deste anticomunismo acrítico da família e depois da igreja católica ultraconservadora. Minha “estrada de Damasco” foi a JUC, sua política de formação sobre o cristianismo social e sua resposta aos acontecimentos do Brasil e do mundo de então. Descobri que a pobreza, a miséria, a exclusão são produtos de um sistema social perverso, que divide a sociedade em classes – dominadores e dominados – e para se legitimar adota a estratégia do “inimigo externo”, no caso, o fantasma do comunismo como “inimigo da humanidade”. Comecei também a entender como a economia centrada no lucro e no crescimento ilimitado da riqueza material e não no bem viver é geradora das desigualdades. Para nós, cristãos, o desafio era definir caminhos de superar o sistema liderado por mega corporações monopolistas, promotor de ganância e voracidade na acumulação; e desenhar estratégias de distribuição equitativa da riqueza socialmente produzida, respeitando os direitos da Natureza, para que toda a sociedade seja beneficiada e aprenda a compartilhar o bem estar e a felicidade. No nosso segundo ano de faculdade fui eleito presidente do diretório acadêmico e, no terceiro ano, presidente da Executiva Nacional dos Estudantes de Geologia (ENEGE).

Logo percebi que a maneira mais eficaz de servir ao corpo discente das escolas de geologia era focalizar as energias do meu mandato na política de exploração mineral. Viajei para algumas escolas noutros estados, e iniciamos pesquisas e debates sobre quem detinha o poder no setor de mineração e no das fontes de energia, quanto estes setores contribuía ou não para o reforço da nossa soberania nacional. Quando o golpe militar de 1964 ocorreu, logo a ditadura revelou seu zelo pelos interesses das grandes empresas estrangeiras. Mas antes tivemos uma experiência marcante. Eu e alguns companheiros da Escola de Minas de Ouro Preto<sup>1</sup> criamos o Grupo de Política Mineral, que ajudou a organizar junto com algumas personalidades políticas e acadêmicas, um grande encontro intitulado “Minério não dá duas safras”, como espaço crítico do modelo neocolonial de exploração mineral no Brasil, voltada para a exportação de minerais brutos, com pouco ou nenhum valor agregado, e para a importação de produtos industriais de empresas transnacionais com alto custo para a nossa economia, perpetuando a “troca desigual”, uma das maiores responsáveis pela subserviência

---

<sup>1</sup> Em 1969 foi criada a UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) e a Escola de Minas passou a fazer parte dela.

do Brasil aos interesses do bloco de países do hemisfério Norte, sobretudo os EUA. Estávamos em fevereiro de 1964!

O encontro contou com a presença de Miguel Arraes, governador de Pernambuco, Almino Afonso, ministro do trabalho do Jango, e outras personalidades. As intervenções tiveram como foco o interesse nacional em implantar uma indústria focada no desenvolvimento científico e tecnológico e, para além da exploração de matérias primas minerais e energéticas, na produção de bens de capital por empresas efetivamente brasileiras. Isto daria rumo a uma política mineral e energética independente, dinâmica e inovadora. A conferência despertou a consciência cidadã e mobilizou a sociedade para a necessidade da criação da Minerobrás, para ser o braço do Estado brasileiro na área de mineração, a exemplo da Petrobrás com o petróleo e o gás, desde dez anos antes. Este era também o posicionamento da ENEGE, que já atuava com esta orientação na UNE – União Nacional dos Estudantes.

O golpe de 1964 desmontou todos esses esforços. O caráter violento do golpe atingiu os setores que defendiam as Reformas de Base propugnadas pelo Presidente João Goulart, assim como as lideranças políticas, profissionais e estudantis, e as das classes operária e camponesa. Desde cedo ficou claro o envolvimento do governo dos Estados Unidos na preparação e no financiamento do golpe. Dois nomes ganharam destaque na conspiração golpista, o do embaixador Lincoln Gordon e o do General Vernon Walters, diretor da CIA. Ambos participaram da conspiração envolvendo militares, grandes empresários e políticos para arrancar Jango da Presidência e anular seu programa de reformas e sua pretensão de defender a soberania do Brasil.

Tive que me afastar da escola por duas semanas para evitar a perseguição policial. O prédio da UNE foi incendiado por estudantes vinculados ao CCC.<sup>2</sup> Afinal retornei às aulas. Eu e minha turma nos graduamos naquele ano. A diretoria da Escola rejeitou os nomes de Paulo Freire e Celso Furtado, que escolhemos como paraninfos, e ainda nos castigou impedindo que tivéssemos a cerimônia de formatura. Saí da JUC, porque eu não era mais estudante, e formalizei minha associação à AP - Ação Popular<sup>3</sup>. Minha militância consistiu em combinar o trabalho profissional com o trabalho de articulador da AP junto a intelectuais e artistas em oposição à ditadura, e educador de operários na periferia do Rio e depois, de São Paulo. Foi aí que me familiarizei com a filosofia da educação de Paulo Freire. no Rio. Ao buscar emprego Rio fui rejeitado por instituições públicas dedicadas à geologia, até que soube por colegas que

---

<sup>2</sup> Comando de Caça aos Comunistas – organização de extrema direita voltada para ações violentas contra quem se opunha à ditadura empresarial-militar.

<sup>3</sup> A Ação Popular (AP) foi uma organização política de esquerda extraparlamentar, criada em junho de 1962, a partir de um congresso em Belo Horizonte, resultado da atuação dos militantes estudantis da Juventude Universitária Católica (JUC) e de outras agremiações da Ação Católica Brasileira.

as portas da profissão estavam fechadas para mim no Rio de Janeiro. No início de 1965, depois de me casar com Yone Cyrillo, fui acolhido pela empresa Prospec, de aero fotointerpretação geológica, sediada em Petrópolis. Trabalhei no Projeto Brasília, em associação com o DNPM – Departamento Nacional de Política Mineral. Rica experiência, onde pude vivenciar meu amor à Natureza e minha afeição pela geologia estrutural, ao fazer o mapeamento geológico de quadrículas no estado de Goiás e passar dois meses no campo fazendo o detalhamento da interpretação geológica com base na fotogrametria! Em 1966 voltei para o Rio e trabalhei como assessor de geologia no DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Quando a polícia me procurou na casa da família no Rio, fugimos para São Paulo. Lá fiz uma especialização no ensino de Geociências na USP e dei aulas de geociências no Colégio Santa Cruz. Também fui animador de cursos de alfabetização de operários em bairros pobres de São Paulo. Em meados de 1967 Yone e eu nos separamos. Trabalhei alguns meses na Revista Realidade, e logo tomei a decisão de dar prioridade à luta pela democracia e contra a ditadura. Com tristeza deixei de lado a profissão de geólogo e me preparei para trabalhar como operário metalúrgico, como propunha a AP. Tive que aprender a falar, pensar e me comunicar como operário, enquanto fazia trabalho de base – educação, organização e mobilização dos meus colegas para atuarmos juntos na fábrica e no sindicato em defesa dos interesses das classes trabalhadoras. Senti a convivência com os operários como uma nova etapa de humanização. Em outubro de 1968 entrei para a Sofunge, uma fundição de aproximadamente 3.000 operários, controlada pela megaempresa alemã, a Mercedes Benz.

Enquanto empresa controlada por um grande grupo transnacional, operando na maior cidade industrial da América Latina, a Sofunge se aproveitava da ordem social autoritária e repressiva imposta pela ditadura para nos impor condições indignas de trabalho: 12h por dia durante seis dias da semana, ganhando o salário mínimo e disponível para horas-extra por demanda da fábrica. No início da terceira semana de cada mês, nosso salário acabava. Sem dinheiro para o ônibus, eu e meu amigo João, que morava perto, éramos obrigados a acordar às 4h da manhã para irmos a pé da Vila Baronesa até o grande galpão da empresa, no bairro da Lapa, onde tínhamos que bater o ponto e ligar as máquinas cinco a dez minutos antes do sinal da fábrica apitar, às seis horas da manhã. Também éramos obrigados a comprar “fiado” nossas refeições no café defronte da entrada da fábrica, e mantimentos para a manutenção da casa em que morávamos eu e outros três companheiros da AP, na Vila Baronesa. Acertávamos as contas com o bar e o armazém quando recebíamos o pagamento no início de cada mês.

Logo me associei ao Sindicato de Metalúrgico de São Paulo, onde me familiarizei com os companheiros da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Eles trabalhavam em

diversas fábricas do ramo, e se articulavam para participar das reuniões do Sindicato. Não foi difícil perceber que a diretoria do Sindicato estava mancomunada com a ditadura. Corria a notícia de que um dos diretores, o Malvesi, era um infiltrado do SNI. O trabalho de organizar uma base sindical na Sofunge era lento e difícil. A grande maioria dos operários vinha do interior para São Paulo com o sonho de melhorar de vida. Ter salário mensal, serviço médico da empresa e dormir numa cama com colchão, me disse um deles, eram melhoras consideráveis. Falar em luta para melhorar as condições de vida e de trabalho não tinha repercussão favorável. Só os operários com alguma especialização é que se dispunham a se organizar, e assim mesmo o medo da repressão interna e da demissão, da prisão e da tortura os intimidavam também.

Preciso esclarecer que a ditadura foi fechando as portas às oposições. Os diversos Atos Institucionais fecharam o Congresso, suspenderam as eleições diretas para cargos executivos, criaram a figura de congressistas biônicos (nomeados pela ditadura e não eleitos pelo povo) e estabeleceram um regime repressivo que ia desde a censura aos meios de informação, a infiltração de agentes da repressão nas fábricas, nos sindicatos e nas instituições profissionais e de ensino secundário e universitário. As energias de indignação da juventude foram sendo represadas e a opressão às classes trabalhadoras levaram a uma escalada de manifestações que ganharam corpo, em especial em 1968. No fim desse ano o ditador general Emilio Medici decretou o AI-5, estabelecendo um regime de terror que incluía a oficialização da tortura de presos políticos, assassinatos e desaparecimentos. Este foi o clima que levou trabalhadores, estudantes e políticos de esquerda a apelar para a luta armada como único caminho que restava de combate contra a ditadura. A AP adotou a preparação da luta armada no campo e o trabalho de massas – educação, mobilização e organização - nas cidades, em especial junto às classes trabalhadoras. Eu fui um dos vários militantes que se integraram na produção industrial ou agroindustrial.

Nesse contexto eu trabalhei dois anos como operário e vivi uma experiência riquíssima de aprender como viviam os trabalhadores do setor mais dinâmico da economia de então, o metalúrgico, na maior cidade da América Latina. Até que o excesso de trabalho, a falta de sono suficiente que aumentava o risco de acidente, e a falta de tempo para mim provocaram um mal estar respiratório que me obrigou a buscar o médico da fábrica. Os exames não deram lugar a um diagnóstico preciso, mas o médico exigiu que a fábrica reduzisse a minha jornada de 12h para 8h30, como estava na lei. Alguns dias depois de receber o laudo médico, o meu superintendente veio com a notícia de que eu estava demitido.

- Vocês não gostam do meu trabalho? perguntei.

- Ao contrário, respondeu o superintendente. Você produz o que esperamos de você e eu lamento que a fábrica queira demiti-lo. Mas reduzir sua jornada vai ser um mau exemplo pros seus colegas.

- Mas se foi o trabalho aqui na fábrica que me fez ficar doente!?

- Olhe lá fora a fila de desempregados prontos para aceitar qualquer trabalho, sem questionar nossas condições. A fábrica vai pagar seus direitos, não tenha medo. Pode ir buscar sua carteira de trabalho para registrarmos sua demissão.

Estou convencido de que um dos fatores que me mantiveram sempre comprometido com a luta pela humanização do Brasil e do mundo foi essa vivência com os operários. Criamos laços indeléveis de amizade e companheirismo. A coragem de vários deles que, mesmo depois de presos, torturados e libertados voltavam ao trabalho e à militância, me inspirou quando vivenciei a prisão e a tortura no meu próprio corpo.

Foi a equipe do Capitão Albernaz, da Operação Bandeirantes, que me prendeu e torturou. Supunham que eu era uma pessoa ligada ao dirigente de um movimento de guerrilha, o jovem Eduardo Leite. Ele foi assassinado barbaramente pelo DOI-CODI, depois de meses de tortura. É tão terrível contar essas coisas! Mas se não se fala ninguém fica sabendo. Soube mais tarde que o Eduardo foi morto com a cabeça quebrada contra uma parede pelos torturadores, em Guarujá. Ele ficou incomunicável mais de três meses e foi torturado em diferentes presídios, até ser assassinado. Eu fiquei dois meses incomunicável e nove meses preso, sem nenhuma acusação formal contra mim. A tortura com choques elétricos e pancadas foi tão violenta que provocou um distúrbio neurológico manifesto nos tremores e convulsões que obrigaram os torturadores a me hospitalizar. Nem assim pararam os interrogatórios e as ameaças. São muitas as pessoas e entidades que se mobilizaram para pressionar pela minha liberdade, a começar pela minha família, passando pelos advogados que apoiaram meus familiares, em especial Técio Lins e Silva e Modesto da Silveira, até a Anistia Internacional.

O Brasil vivia então mais um período de terrorismo de Estado. E os covardes sabiam tanto que o que praticavam eram crimes que sempre esconderam a verdade e até hoje fogem de assumir as consequências dos seus crimes. Crimes inafiançáveis, que a política da impunidade tem acobertado até hoje! O Brasil precisa colocar no banco dos réus e castigar, mesmo que postumamente, esses militares, policiais, civis, grandes empresários e políticos que, direta ou indiretamente, torturaram, assassinaram e desapareceram com os corpos. Eu apoio com entusiasmo às ativistas do movimento “Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia”, assim como do Grupo Tortura Nunca Mais! São movimentos que promovem a pesquisa da verdade dos crimes da ditadura e o apoio aos torturados e às suas

famílias.<sup>4</sup>

Saí da prisão em 1/2/71 decidido a continuar no Brasil. Mas 3 meses depois, eu ainda vigiado pelos militares, recebi a visita do meu advogado. Ele me comunicou que eu estava incluído numa lista de acusados e que ia ser julgado pela Justiça Militar. “É possível que o prendam preventivamente até que seja julgado. Como ainda está em tratamento neurológico e fisiológico, não vale a pena se expor a um novo encarceramento.” Então, com o apoio da família e dos companheiros da AP, eu sai do Brasil e me tornei refugiado político. De maio de 1971 até agosto de 1975 morei em Arlington, VA e depois Washington DC, onde minha irmã Cristiana morava e nossa mãe trabalhava como intérprete. Passei alguns meses em depressão. Acompanhava quanto podia as notícias que chegavam do Brasil e sofria com cada caso de tortura e assassinato que eu vinha a conhecer. Um dia eu disse à minha mãe:

- Eu não consigo estudar, não consigo me concentrar. Esse remédio anticonvulsivo (Comital) que eu estou tomando está me fazendo mal. Eu vou ter que parar”. Nós tínhamos ido a um neurologista em Washington, e ele se recusou a me tratar dizendo que eu estava mentindo ao dizer que tinha sido torturado. Com a ajuda da minha mãe e de bons amigos solidários conosco decidi dar novo rumo à minha vida. Entrei para o mestrado em economia do desenvolvimento na *The American University* e, com aqueles amigos e amigas, criamos o Comitê Contra a Repressão no Brasil.<sup>5</sup> Juntos começamos a trabalhar com a informação que nos chegava do Brasil, divulgando pesquisas sobre a ajuda do governo Nixon à ditadura e pressionando os governantes e a mídia pela suspensão da ajuda financeira, política e militar ao Brasil.<sup>6</sup>

**EB - Você fez o mestrado em economia para começar a interpretar essa estrutura do mundo e como transformá-la? De onde surgiu a sua reflexão sobre a busca por uma socioeconomia?**

Ainda no exílio, três amigos refugiados políticos – Herbet Souza / Betinho, Carlos Alberto Afonso e eu – iniciamos um diálogo sobre como poderíamos usar nossas competências profissionais a serviço dos movimentos populares do Brasil. Deste diálogo nasceu a iniciativa do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

---

<sup>4</sup> Ver detalhes da minha história no livro “Esquecer? Nunca Mais!”, de autoria da minha mãe Lina Penna Sattamini, 2000, OR Produtor Independente.

<sup>5</sup> Menciono com profunda gratidão os nomes de Loretta e Harry Strharsky, Brady Tyson, Tom Quigley, Father Michael Collonese, Marge e Tom Melville, Rev. Phillip Wheaton, Mary Harding, Francisco Otero, James Green, Ver. e tantos outros.

<sup>6</sup> Ver Green, James N., 2009, “Apesar de vocês: Oposição à Ditadura Brasileira nos EUA, 1964-1985”, Companhia Das Letras, São Paulo, p. 237ss.

Durante quatro anos trabalhamos juntos. Saí do IBASE em 1986 e, simultaneamente, fui convidado por três jovens economistas, Gustavo Marín, chileno, Gustavo Arce, uruguaio e Alberto Sanchez, argentino, para criarmos juntos um programa de pesquisa socioeconômica, comunicação e educação. Daí nasceu o Instituto PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul, que no início se chamava PRIES-Cone Sul – Programa de Pesquisa Econômica e Social do Cone Sul. Repare que tanto o PACS quanto o IBASE traziam nas suas siglas o econômico e o social, não por acaso. Desde esta época nós já afirmávamos que a economia não é uma atividade- fim, mas sim meio, cujo sentido é prover as bases para o desenvolvimento humano e social.

O conceito de socioeconomia se consolidou num encontro organizado por entidades civis brasileiras e de outros países da América Latina, Espanha e França, realizado em Porto Alegre em 1998. Ele resgatava as ideias de autores como Marta Harnecker e Luis Razeto, chilenos, Alberto Acosta, equatoriano, José Luis Coraggio, argentino, Enrique del Rio, espanhol, todos eles críticos da economia capitalista e defensores de economias voltadas para o social. Mas foram minhas experiências anteriores que me conduziram à Socioeconomia. Durante quatro anos (1976-1979) fui membro do IDAC - Instituto de Ação Cultural, que era presidido por Paulo Freire. Com base na práxis educativa libertadora, trabalhamos intensamente no projeto de alfabetização de jovens e adultos do Ministério da Educação da Guiné Bissau e do Cabo Verde. Em 1979, já como consultor econômico do Conselho Mundial de Igrejas, iniciei uma consultoria ao Ministério de Educação da Nicarágua, que continuou até 1989. A convivência com a filosofia da educação libertadora de Paulo Freire e os trabalhos de assessoria aos Ministérios daqueles países exigiram de mim visualizar caminhos concretos para a construção de uma economia voltada para o social e o humano como condição essencial para a edificação de uma verdadeira democracia! Vivenciei isto sobretudo na Nicarágua, onde pude encontrar a oportunidade de desenhar com os dirigentes nacionais e locais caminhos práticos de educação de trabalhadores a serviço do desenvolvimento socioeconômico, em espaços de comunidades rurais e urbanas. Incluir o subsistema da educação de jovens e adultos no exercício de planejar o desenvolvimento socioeconômico autogestionário, descentralizado porque ancorado em comunidades nos respectivos territórios, traduziu na prática a visão holística e sistêmica do próprio desenvolvimento.

Outro fator que influenciou no mesmo sentido foi a visita de trabalho que fiz em 1996 a várias cidades da Espanha a convite de amigos espanhóis e catalães atuantes em empresas e associações de cooperativas. Eu trazia um acúmulo de conhecimentos relacionados com temas macroeconômicos como a globalização do sistema capitalista, o papel das empresas

transnacionais e das agências multilaterais do sistema ONU – em especial o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – na disseminação de um conceito enganoso de desenvolvimento econômico a serviço da exploração dos países recém libertados do jugo colonial. Minha gratidão aos membros do CASAL – Centro Autogestionário de Solidariedade com a Área Latina – pelo precioso aprendizado que vivenciei das práticas cooperativas e solidárias. As interações entre mim e as e os militantes da solidariedade ao longo da visita deram lugar a uma confluência de saberes sobre a macro e a micro socioeconomia, e a clareza de que ambas só tinham sentido se estivessem postas ao serviço do desenvolvimento humano e social.

Ainda em 1996 o PACS e outras entidades sociais brasileiras uniram forças com cooperativistas da Espanha e de alguns países latino-americanos na organização de um **Encontro sobre cooperativismo e socioeconomia em Montevideú**. Esta rica troca de experiências levou-nos a realizar um segundo Encontro em 1998, em Porto Alegre – **Encontro Latino sobre Cultura e Socioeconomia Solidária** – do qual nasceu a proposta de que os participantes de cada país trabalhassem pela criação de redes nacionais de Socioeconomia Solidária que promoveriam intercâmbios solidários em nível continental e, eventualmente, internacional.<sup>7</sup> As atividades que davam conteúdo aos debates incluíam o consumo consciente, a produção cooperativa, as finanças solidárias, o comércio justo e a educação cooperativa visando a construção de sujeitos dispostos a promover a transformação da nossa visão de mundo, fazendo a transição da cultura egocêntrica da ganância e da acumulação para a cultura humanista da solidariedade e do compartilhar.

No Brasil, além do PACS, Euclides Mance, Manoel da Conceição, Adriana Cardoso, Frank Volcan e uma quantidade de outras pessoas e entidades sociais organizamos no ano 2000, com o apoio de companheiros da Catalunha, da Espanha e da França, o **Primeiro Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária**. O conceito que nos unificava era que, **sem focalizar e construir uma nova economia, não haverá mudança social nem política, isto é, não haverá uma verdadeira democracia**. E a iniciativa de criar uma nova economia seria parte da agenda da sociedade civil organizada, e *não devia depender* de algum iluminado nem mesmo do apoio do Estado para progredir. Um ponto alto do Encontro foi a discussão sobre formas de organização. Foi dele que partiu o conceito e a nomenclatura da

---

<sup>7</sup> Desde 1998 passamos a contar com a ajuda financeira da Fundação para o Progresso Humano (FPH), com base em Paris, da qual o PACS/PRIES-CS já era parceiro. Este apoio envolveu a participação ativa de quadros da FPH na construção de uma articulação internacional denominada Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário, da qual fazia parte o Polo de Socioeconomia Solidária. Honramos aqui a memória do companheiro Philippe Amouroux, cuja competência e dedicação foram indispensáveis para o êxito desta colaboração da FPH com as nossas redes solidárias em construção.

**RBSES - Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.** E logo fomos tecendo alianças com movimentos e grupos de cooperativas e, ao mesmo tempo, estudando as forças, fraquezas e limites do cooperativismo convencional.

No Rio de Janeiro, também em 1996, criamos o **FCP – Fórum de Cooperativismo Popular**, que continua ativo até hoje. No final de 2001 diversas entidades ativas na RBSES se reuniram com representantes do governo eleito liderado pelo Presidente Lula para que apresentássemos a Rede, o projeto de construção de uma economia cooperativa e solidária e o papel do Estado em apoiá-la respeitando o protagonismo popular. Propusemos também abrir um diálogo sobre como desenhar uma política pública de apoio às iniciativas do setor social da economia brasileira. Em poucas semanas o governo criou a SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, e nomeou o professor Paul Singer para dirigi-la. Do nosso lado, criamos o **FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária** para representar o movimento de Economia Solidária em expansão no país e fazer a interlocução direta com a Senaes.

Seriam necessárias muitas horas para eu lhe contar, Eduardo, os diferentes encontros, visitas, trabalhos de pesquisa, articulações e aprendizados que nós fizemos no Brasil e em diversos países, e universidades, sobre a visão e as práticas de economia solidária do nível dos empreendimentos até o nível global. Em 2002 participei, em Montreal, Canadá, da criação da **RIPESS - Rede Intercontinental de Promoção de uma Economia Social Solidária**, com bases na América Latina, América do Norte, Europa, Ásia e mesmo com algumas sementes na África.

**EB - Falemos sobre o PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. Criado em 1986, 4 anos após seu retorno do exílio, reunindo economistas da América do Sul para pensar o desenvolvimento econômico e social, em especial nos países do Cone Sul - Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Qual foi a intenção de vocês?**

A história do Instituto tem duas fases. Uma, de colaboração entre as equipes dos quatro países. Já de início nos comprometemos com a independência e autonomia do PACS/PRIES-CS em relação a movimentos ou partidos políticos. A segunda, de dissolução do PRIES-CS, à medida que as equipes da Argentina, Chile e Uruguai optaram por unir-se a partidos políticos nacionais. Nos nove anos em que éramos quatro equipes, definimos como prioridade fazer um trabalho crítico da economia nacional e fazer atividades de divulgação e de educação popular junto a sindicatos, igrejas e movimentos sociais dos nossos respectivos países. Também fazíamos seminários e atividades de incidência sobre possíveis diretrizes de

políticas públicas para promover os interesses das classes oprimidas dos nossos países. Foi um tempo muito rico. Todos fizemos desabrochar esse espírito de continente, de povos do hemisfério sul, e queríamos usar nossas competências acumuladas durante o exílio a serviço da reconstrução da América Latina, do Brasil, da democracia, da liberdade.

Lançamos o processo da construção de conhecimento sobre a dívida externa dos países do hemisfério Sul. A partir do nosso trabalho de assessoria às Pastorais da CNBB e ao CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs recebemos o convite para assessorar a equipe ecumênica de bispos do Brasil na visita à Alemanha para dialogar com as igrejas daquele país sobre como elas podiam contribuir para pressionar o governo alemão, o Banco Mundial e o FMI a promoverem o cancelamento da dívida dos países mais pobres, e a reverem a legalidade das dívidas dos países de renda média e alta incidência de pobreza, como o Brasil. Colaboramos na organização e realização do **Tribunal Internacional da Dívida em 2000**, no Rio de Janeiro. E contribuímos no processo de construção da **rede Jubileu Sul Brasil e internacional**. Ainda nos anos 90, tivemos protagonismo no debate público sobre o Mercosul, realizando seminários e atividades de incidência junto a agentes políticos, sindicatos, e associações profissionais para divulgar nossas publicações, entre as quais o livreto propositivo, **“Por uma Integração dos Povos do Cone Sul”**.

Devo mencionar algo sobre a incidência dos nossos ensaios, artigos, livros e outros materiais voltados para o debate público e a educação popular. O ensaio sobre quem detinha o poder no sistema financeiro dos quatro países levou a organizarmos seminários e atividades educativas junto a sindicatos de bancários do Rio e de São Paulo e pastorais de trabalhadores. A pesquisa sobre grandes empresas e a terra no Brasil foi divulgada e utilizada pelo MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Os ensaios sobre a dívida externa, as privatizações e as crises do orçamento público resultaram em trabalhos de assessoria à OAB, à CUT, às Pastorais da CNBB, ao CONIC e à IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. Também a agências de cooperação internacional ao desenvolvimento, que apoiavam nosso trabalho e necessitavam de nossa colaboração nas suas atividades locais de educação para o desenvolvimento. Destaque para viagens de trabalho ao México, Nicarágua, Equador, Argentina, Uruguai, Venezuela, Cuba, Tunísia, Índia, Filipinas, Angola, Moçambique, Quênia, Senegal, Irlanda, Inglaterra, Holanda, França, Espanha/Catalunha/Galícia, Alemanha, Áustria, Finlândia, Suíça, Canadá, Japão.

Nos anos de 1990 a 2000, ampliamos as frentes de educação popular, assessorando escolas municipais no Rio de Janeiro, e colaborando com a formação política do Instituto Cajamar, a Escola Sul da CUT, e a Comissão Pastoral Operária, além dos cursos de formação

em Economia Solidária. Focalizamos as transformações tecnológicas e os seus efeitos sobre a oferta de trabalho e o poder de negociação dos sindicatos. Nossa proposta era que o mundo sindical aprofundasse suas pesquisas visando a promoção de cooperativas e de redes de colaboração solidária que multiplicassem a oferta de trabalho nos diferentes territórios. Propúnhamos que os sindicatos e federações fizessem uma reflexão séria sobre como é possível ir além da luta pelo pleno emprego dentro do sistema capitalista de mercado. Não era suficiente! Era preciso que os sindicatos usassem seus recursos e seu poder mobilizador para se constituírem em empreendedores articulados em redes de Economia Solidária, criando políticas e práticas cooperativas alternativas ao sistema do capital, duráveis, justas e solidárias. E incrementamos a divulgação de experiências bem sucedidas no Brasil, como as redes/cadeias produtivas têxtil, metalúrgica, do vinho, do mel, o sistema de fundos solidários e a rede de bancos comunitários. No exterior, o Coletivo Ronda de advogados trabalhistas e economistas de Barcelona; e a MCC – Mondragón Corporación Cooperativa, no País Basco.

Nós vivemos esse primeiro decênio do século 21 com muitas conquistas e produções. Logo no início, e tardiamente, defendi minha tese de doutoramento, inspirado pelo amigo e grande educador, Gaudêncio Frigotto. Dela nasceu a trilogia publicada ao longo da década, em parceria com a Editora Vozes e a Ideias e Letras, tendo o PACS como produtor. São elas

**(1) Humanizar o infra-humano - a formação do ser humano integral: Homo evolutivo, Práxis e Economia Solidária (Arruda, 2003, Vozes); (2) Tornar Real o Possível: a Formação do Ser Humano Integral - Economia Solidária, Desenvolvimento e o Futuro do Trabalho (Arruda, 2006, Vozes), ambos publicados também em castelhano pela Editora Icaria; e, (3) Educação para uma Economia do Amor: Educação da Práxis e Economia Solidária (Arruda, 2009, Ideias e Letras).**

O PACS também entrou, desde 2006, de maneira gradual e crescente, na questão ecológica. Estivemos no lançamento do **FMCJS - Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental**. Tenho servido à área de Formação Continuada e Multiplicadora, e represento o FMCJS na rede global *Ágora de Habitantes da Terra*. Menciono brevemente a nova nomenclatura referente ao Aquecimento Global: **Emergência Climática**, devido à intensificação exponencial dos fenômenos climáticos, que têm provocado catástrofes, migrações forçadas e demanda crescente de gastos com atividades de mitigação e adaptação. Tenho buscado contribuir, com artigos e a participação em seminários e debates, apresentando evidências de que o sistema do capital mundial, com sua compulsão de promover o crescimento ilimitado para aumentar sempre mais o consumo e a produção de bens, é incompatível com o combate à Emergência Climática. Isto porque o crescimento econômico

não planejado, desprezando os limites do planeta, resulta no esgotamento dos bens comuns, a começar pelas águas, na destruição dos ecossistemas e biomas continentais e marinhos, no desmatamento, no acúmulo de lixo e rejeitos de todo tipo e no aumento descontrolado das emissões de gases de efeito estufa.

Foi na década dos 90 e na passagem do século que floresceu a crítica à teoria do desenvolvimento promulgada pelo Estado imperial dos EUA. Esta teoria confunde crescimento econômico com desenvolvimento e divulga a falsa premissa de que o desenvolvimento econômico é definitivamente capitalista, capitaneado pelos Estados Unidos e seus aliados europeus e asiáticos. Desde o fim da Segunda Guerra o PIB - Produto Interno Bruto é o único índice que mede o crescimento material da riqueza de um país. Focaliza a renda do país cada ano, mas ignora como esta riqueza foi distribuída, nem se ela foi orientada para a satisfação das necessidades humanas promovendo a vida e o bem viver. Numa economia voltada para o lucro e a acumulação em primeiro lugar, são necessárias novas regras que só o Estado pode introduzir e fazer valer. Mas as elites, que são por definição contrárias ao Estado do bem estar social, se apropriam dos poderes da República visando fazer prevalecerem seus interesses, que são minoritários. Contando com uma mídia que é corporativa e serve aos seus interesses, as elites mantêm a população sob a influência da ideologia capitalista, egocêntrica, competitiva e belicosa, onde as doenças sociais se manifestam na forma de violência e guerra entre indivíduos, empresas, países, classes sociais.

Não quero repetir o que já narrei como raízes da práxis da Socioeconomia Solidária, e de outros conceitos que qualificam o pensamento e a prática inovadora no campo econômico, como a Economia da Libertação, Economia do Trabalho, Economia Circular, e outras. Quero apenas pontuar duas coisas.

Uma, sobre minha convicção de que **as unidades para a constituição de uma Cidadania e uma Socioeconomia Planetárias são as comunidades intencionais**, autogestionárias, descentralizadas, ancoradas nos seus territórios, empoderadas para planejar e gerir seu próprio desenvolvimento em colaboração solidária dentro delas e entre elas, com base em princípios como o da complementariedade de bens, recursos e saberes e o reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos. Estou atualmente elaborando num livreto a proposta política e metodológica de um movimento dedicado à criação e multiplicação de comunidades intencionais entendidas como a forma por excelência da reorganização das economias, voltadas para a edificação de **uma Cidadania ao mesmo tempo comunitária e planetária**, qualificadas para co-criar e utilizar indicadores sistêmicos e holísticos que servirão de instrumentos para o planejamento e a avaliação quantitativa e

qualitativa do desenvolvimento socioeconômico e humano, na perspectiva do Bem Viver (repensado à luz da realidade atual do Planeta).

A outra, que as esquerdas no Brasil e no mundo revelam sua debilidade quando conquistam postos de governo carecendo de clareza sobre que economia diferente do sistema do capital mundial pretendem oferecer aos seus povos. Sem visão estratégica que alimente as políticas de transição da economia e do Estado capitalistas para algo como um Ecosocialismo Democrático, plural, participativo e solidário, recorrem aos quadros do sistema do capital e se limitam a ser gestores do sistema do qual eram oposição até serem eleitos. Um exemplo eloquente foi o da vitória do Partido Socialista francês em 1981, que colocou François Mitterand na presidência. Para onde foi o projeto socialista que o P.S. francês advogava? E que ocorreu com o PCF – Partido Comunista da França, aliado do P.S. e portanto presente na coalizão vitoriosa que passou a governar a França? O Chile de Salvador Allende foi um raro exemplo de compromisso de empoderamento das classes trabalhadoras e de afirmação da soberania nacional e popular em vista da construção de um nação socialista e democrática. Allende irradiou com tal força e coerência a possibilidade de dar início a um processo revolucionário pela “via pacífica” que o império estadunidense usou de sua habitual covardia para solapar a economia chilena e conspirar com militares e grandes empresários contra o Estado a serviço da soberania nacional e popular.

A quase totalidade das experiências de governos socialistas tem comprovado a carência de um programa de cunho ecosocialista e democrático fundado numa visão estratégica que contemple a transição da economia do crescimento ilimitado para uma economia do suficiente, da frugalidade feliz, do bem viver e da promoção de um Estado educador a serviço do empoderamento das classes trabalhadoras. Da ausência de um Estado democraticamente forte e de uma sociedade civil que tem agenda própria e está organizada em redes de colaboração solidária entre comunidades autogestionárias resulta o esvaziamento do projeto popular e o fortalecimento das classes patrimoniais.

Políticos e partidos efetivamente progressistas precisam estar vinculados com as classes trabalhadoras a fim de servirem como intelectuais orgânicos que unem seus saberes e seu compromisso com os das classes oprimidas. Esta união terá o poder de superar a incapacidade das esquerdas de visualizarem economias fundadas em comunidades planejadas e geridas de forma descentralizada e participativa tendo em vista o Bem Viver e o seu próprio desenvolvimento, avaliadas com base em indicadores do bem viver e de felicidade, em harmonia com a natureza. O esvaziamento dos governos liderados pelas esquerdas tem aberto espaços para novas ofensivas do pensamento único do capitalismo neoliberal e, mais

recentemente, para o crescimento agressivo dos agrupamentos neofascistas e neonazistas, sobretudo no Ocidente.

Afinal, os projetos de economia das esquerdas e das direitas parecem ser o mesmo, só mudando o sujeito protagônico – o grande capital privado para as direitas, e o Estado para as esquerdas. Nenhuma das duas pretende dar conteúdo socioeconômico à Democracia – seja ela a do efetivo bem estar social para todas as pessoas, seja a de formas diversificadas de Ecosocialismo Democrático.

**EB - Sobre a sua trilogia aqui citada. Fale um pouco para nós sobre as duas primeiras: Humanizar o infra-humano e Tornar real o possível**

A ideia geral da obra é a mesma dos cursos que eu dava lá no Instituto Cajamar, na Escola Sul da CUT, nas pastorais sociais, nas associações profissionais e em universidades no Brasil e no exterior. Primeiro, um olhar crítico sobre os conceitos de Ser Humano na perspectiva antropológica e filosófica, apontando para a natureza evolutiva da vida e do Homo (termo latino neutro, que inclui os dois sexos) a partir da compreensão de que no universo e no Cosmos tudo está interligado e tudo está em contínua mutação. Os progressos nos campos da física, da química, da biologia, da neurologia, da epistemologia, da fisiologia, assim como no campo do sutil (a consciência, a alma, o espírito) apontam para uma visão integral, holística, dinâmica e complexa da realidade do Cosmos e da vida. Emergem destas ciências o reconhecimento crescente de que a vida evolui através da cooperação entre os diversos seres e entre os diversos componentes desses seres. O princípio da cooperação fundamenta igualmente a visão inovadora das relações econômicas nas sociedades humanas.

Munidos da consciência reflexiva, os humanos ganham um domínio crescente sobre si próprios e sobre suas ações e relações. O ser humano não é um ser já feito. Ele é um ser em processo de construção e de autoconstrução. São muitos os autores com quem tenho dialogado, entre eles cito Teilhard de Chardin, Humberto Maturana, Karl Marx, Antonio Gramsci, Máximo Sandín, Mauricio Abdalla, Rupert Sheldrake e outros. A ideia, no caso do Teilhard de Chardin, é de que reside no interior da própria matéria em evolução, uma força escondida, que ele chamou de *estofa da matéria*, um estofa sutil, não material, que se manifesta sempre mais à medida que a vida progride. Fiz questão de enfatizar, nesse primeiro volume, nosso papel de pesquisadores, de educadores, de ajudar as pessoas, em especial os trabalhadores e trabalhadoras, a abrir a consciência para compreender que está tudo por ganhar, não está tudo perdido. As piores crises sempre cedem lugar a um mais além, a uma manhã que nasce depois da escuridão da noite. Isso anima a gente. Afasta a tentação do

desânimo, do desinteresse, da imobilidade, do fatalismo.

No segundo volume focalizo criticamente a economia dominante e exploro o campo das probabilidades de transformação num sentido humanizador. A ver como a história do capitalismo foi levando a humanidade a uma situação de profundas divisões. Separações. O nome Diabo vem de um vocábulo grego que indica separação. E de fato, a ideologia do Eu-Sem-Nós está na raiz das separações que fragmentam a humanidade, as sociedades e a relação do Homo com a mãe Natureza. Nós estamos ainda na pré-história da humanidade, Nós precisamos despertar para ir além da nossa incapacidade de orquestrar a riqueza imensa que o mundo, o universo e o Divino nos dão para fazermos dessa vida uma fonte de alegria, de felicidade, de amor e de paz.

No segundo volume incluo um capítulo dedicado ao tema do desenvolvimento. Nele eu trago respostas ao pessoal que questiona o próprio uso do termo desenvolvimento. Além da crítica ao desenvolvimento reduzido a crescimento econômico e à hierarquização baseada no pensamento único – “somos os desenvolvidos, imitem-nos e aprendam de nós e vão chegar aonde já estamos”. Minha referência ao desenvolvimento são os potenciais que temos em nós pessoas, comunidades e povos. E mesmo estes podem se expandir e multiplicar à medida que evoluímos. Assim como não abro mão de defender o conceito de Democracia, dando-lhe um conteúdo mais rico, revolucionário, libertador do que o da Grécia antiga, assim também não abandono o conceito de desenvolvimento, que reconhece que tudo é processo, tudo se transforma e se transubstancia. Assim, desenvolvimento significa ir sempre mais além.

Não há democracia política se não houver democracia econômica, se não houver a democracia cultural, se não houver a construção de sujeitos capazes de pensar criticamente e gerir o seu próprio desenvolvimento. Sujeitos em crescente estado de liberdade ou melhor, em contínuo processo de libertação. Defendo que coloquemos desenvolvimento e democracia um do lado do outro, que mostremos que o que os une é a liberdade. Eles só se realizam se se unem, e essa união é geradora de um poderoso novo potencial. O desenvolvimento só é importante se sairmos da gaiola do PIB – o produto interno bruto - que é a redução da economia ao dinheiro e aos bens e serviços mercantilizáveis. Sair da gaiola é entrar com o sujeito. Essa é a grande chave. Quem é o sujeito? É o sujeito do trabalho, do conhecimento, da criatividade, da diversidade e da complementaridade – a união das diversidades, a partilha das capacidades e de tudo que ajuda a superar as carências e necessidades.

Então o último capítulo do segundo volume reflete sobre o futuro do trabalho. Há outra maneira de conceber o trabalho, que é emancipadora. Você olha como o avanço tecnológico incorporado à produção consegue aliviar o trabalho humano e abre a perspectiva

de o trabalhador e a trabalhadora gastarem cada vez menos energia e tempo da sua vida para o trabalho braçal de produzir a sua sobrevivência e a dos outros.

Cabe então perguntar: para onde vão os ganhos da produtividade? Vão para as mãos dos donos do capital e não para as daqueles que criaram os bens e serviços. Então, nós trabalhadores, cientistas, artistas, culturalistas, todos que somos produtores e criadores, sobretudo as mulheres – as que mais produzem e menos ganham - temos que conceber maneiras de nos apropriar e compartilhar os ganhos da produtividade de forma equitativa.

De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade! Este princípio ético humanista nos chama a nos apropriarmos dos produtos que nós criamos e das ferramentas para produzir, a fim de compartilhar isso tudo entre nós e com quem quiser se juntar a nós, como faz o cooperativismo. Ao dividir esses ganhos, a gente descobre que a remuneração não precisa ser só em dinheiro. Há outra riqueza a que talvez seja ainda maior que o dinheiro. O que é? É o tempo livre.

Quando uma cooperativa flexibiliza a partilha do excedente permitindo a escolha entre o dinheiro e o tempo livre, posso escolher uma hora por semana só minha, saindo do trabalho mais cedo durante um mês, por exemplo! De repente estamos libertando o trabalho humano do jugo do trabalho assalariado: liberando meu tempo para investir no meu desenvolvimento humano e social ou em trabalhos voluntários em benefício da família ou da comunidade.

**EB - Encerrando sua trilogia ‘Educação para uma economia do amor: educação da práxis e economia solidária’ (2009). Um outro desenvolvimento costurado por uma nova forma de se relacionar, em que a dimensão humana do amor, não no sentido romântico como a burguesia europeia nos ensinou, mas como amor empatia, doação, entrega, serviço.**

Tomo como referência o conceito de Maturana de que o amor é o acolhimento da outra pessoa enquanto outro autêntico, e não enquanto projeção de mim próprio no outro. Acolher é ouvir, receber, abraçar, conversar, comungar. Eu descentralizo - boa palavra, que você usa muito no seu texto - eu descentralizo o que está sendo bom e importante para compartilhar com os outros. Daí a ideia do ser humano enquanto ser amoroso, que o Humberto Maturana desenvolve tão bem nos seus trabalhos sobre **a biologia do amor**. Ele fala: “O amor vem de muito antes dos nossos antepassados e antecessores do reino animal.” E basta olhar a natureza que a gente vê isso. Mas nós humanos podemos refinar o sentido do amor, dando a ele um conteúdo de intencionalidade e fazendo com que esse amor gere uma nova humanidade. Afinal de contas é a grande família humana que conta, e dentro dela as

relações de desenvolvimento e evolução consciente da vida orquestrada por nós, seres humanos, em aliança com a natureza.

Então, quando aparece o Papa Francisco com a visão de **ecologia integral, desenvolvimento e educação** que ele elabora na *Laudato Si'*, a reflexão sobre a economia, ecologia, sociedade e libertação, dá muito ânimo. Francisco chama cada um e uma de nós a por em prática este sonho! E parece um sonho a gente ter hoje um papa que fala a nossa linguagem e compartilha conosco os mesmos objetivos libertadores.

Todas as pessoas e sociedades aspiram ao desenvolvimento integral dos seus potenciais físicos, mentais, psíquicos e espirituais. Isso pressupõe que a economia está provendo os bens e serviços necessários e suficientes para toda a sociedade. Não é o caso do capitalismo! Nesta etapa, é possível visualizar uma sociedade em que o trabalho necessário para garantir o Bem Viver de cada um e de todos, sendo compartilhado por todos segundo o princípio comunitário “de cada um segundo suas capacidades, e a cada um segundo suas necessidades”. Neste contexto, é possível que a maior parcela de tempo de cada um possa ser empregada em atividades a serviço do desenvolvimento sempre mais pleno dos potenciais próprios, das comunidades a que pertencemos e da humanidade como espécie. Eis o verdadeiro sentido da economia! Podemos chama-la de Economia do Trabalho Voluntário, ou do Serviço Recíproco ou, ainda melhor, Economia do Amor. Quero o bem do outro na mesma medida em que quero o meu bem. Não é este o fundamento do Novo Testamento?

Mas há quem pergunte se este não é um sonho impossível, que não merece nossa atenção. No início dos anos 90, a ONU publicou um estudo sobre o trabalho voluntário no mundo, realizado principalmente por mulheres. A pesquisa mostrou que, além dos benefícios para outros humanos e para os ecossistemas, o trabalho voluntário equivalia a dezenas de bilhões de dólares. Noutras palavras, o trabalho oferecido voluntariamente a outras pessoas e ao meio natural, não é uma abstração utópica, mas uma realidade no mundo contemporâneo. Para a Economia Solidária ele é uma das três formas de comércio ou intercâmbio: o comércio intermediado pelo dinheiro, o escambo e a dádiva. Esta última é motivada por uma atitude altruísta, cujo sujeito escolhe **dar gratuitamente seu tempo, seu saber, ou suas posses** a quem necessita, sem esperar retorno. Quando ocorre algum retorno, ele não é compulsório, resulta da atitude de **reciprocidade voluntária**. Dois exemplos: alguém que esvazia seu armário retirando dele roupas em boas condições de uso e as doa a quem está passando frio e desalento; ou um médico que, perguntado pelo paciente quanto deve pagar pelas consultas que tem feito, responde “minha remuneração mais importante é você recuperar a saúde; portanto, me pague o que você acha que quer ou que pode.” O nome disto é amor. E entendo

como legítimo qualificar este intercâmbio de Economia do Amor.

Se formos cifrar estas dádivas, elas fariam parte de uma economia monetizada. Sem a intermediação do dinheiro, sem a cobrança, elas demonstram que a Economia do Amor já é uma realidade.

Se a economia solidária é a construção do bem-estar para cada um e para todos com base na partilha e no dom, ela é a construção permanente do ser-mais. Além de mim próprio eu encontro o Outro, além de nós encontro a sociedade (no espaço atual), além dela encontro a espécie humana e o corpo coletivo da humanidade (no espaço-tempo), além da espécie humana encontro a Terra, e mais além o Cosmos com outras possíveis humanidades. No interior de tudo, encontro o Ser Essencial, o espírito que anima, vivifica e unifica, o Alfa e o Omega da Unidade da Diversidade, aquele/aquela que dá sentido profundo a toda existência. Educar é colaborar para o desabrochar da consciência de que somos gestores de nossa própria caminhada no sentido do « sempre mais além ».

A educação visa a aprendizagem de como « caminhar no fio da navalha » na relação comigo próprio, com o Outro, com a Natureza, com a sociedade e com a humanidade. A verdadeira educação nos faz aceitar e harmonizar a co-dependência que existe entre nosso próprio poder e o poder do Outro. Sem tornar-me eu próprio sujeito do meu desenvolvimento individual e coletivo, não posso aceitar, acolher e colaborar com o empoderamento do Outro como sujeito do seu próprio desenvolvimento individual e coletivo. Nem estar autônoma e amorosamente conectada com “a teia da vida e o mistério do Universo” (Brandão). Educar é ensinar a conviver com o mistério do amor, a caminhar no fio do paradoxo amoroso.

10/12/2023

**Revisão por Marcos Arruda**